

Por Jorge Wahl

Em três oportunidades em pouco mais de duas semanas, e não por acaso, uma vez que a frequência mostra a importância creditada ao tema, a questão da valorização da ética esteve presente em momentos particularmente relevantes da vida do Sistema. No dia 26 de novembro, a Comissão de Ética analisou minuta que atualiza o "Código de Princípios Éticos e Condutas do Regime Fechado de Previdência Complementar". Na mesma data e no dia seguinte, também em São Paulo, o Sindapp e a SPPC promoveram em conjunto, e contando com o apoio da Abrapp, o seminário **Ética e Boas Práticas de Governança no Fortalecimento da Confiança**, reconhecidamente o melhor de uma série iniciada anos antes. Até que já em dezembro, no dia 3, em sua última reunião do ano a Comissão Técnica Nacional de Governança centrou suas reflexões na primazia do comportamento ético antes de mais nada, por julgarem os seus membros que é isso que se recomenda, de um lado, a uma previdência complementar que vive da confiança que inspira em seus participantes, patrocinadoras e instituidores e, de outro lado, a lideranças que enfrentam o desafio ditado pelas circunstâncias que o País atravessa.

Circunstâncias que estabelecem uma demanda muito clara: “Devemos cuidar ainda mais para que o discurso esteja alinhado às ações”, resume Marisa Santoro Bravi, Coordenadora da Comissão Técnica Nacional de Relacionamento com o Participante da Abrapp. Ela prega a necessidade de as entidades definirem com muita transparência os valores pelos quais querem ser conhecidas.

Sozinha, a ética já seria um ingrediente de peso em qualquer receita de boa gestão. Mas, como lembrou no seminário a Presidente do Sindapp, Nélia Pozzi, o comportamento ético está casado com as boas práticas da governança, a ponto de não se poder imaginar uma sem a outra. Razão suficiente para colocar a temática no ponto mais alto da agenda. Assim valorizado, como tudo que diz respeito ao tema, a minuta do "Código de Princípios Éticos e Condutas do Regime Fechado de Previdência Complementar", do jeito que está ou acrescida de novas sugestões, irá ser submetida a uma Assembleia de associadas no início de 2016.

Associação de ideias - Adriana de Carvalho Vieira, Coordenadora da Comissão Técnica Nacional de Governança, nota que em matéria de associação de ideias a ética não anda junto apenas das boas práticas de governança. Ela ressalta que “cada vez mais existe uma necessidade de qualificação e especialização por parte de dirigentes e conselheiros, para que seja viável uma atuação íntegra, ética, independente e transparente, que assegure ao gestor os meios para enfrentar situações cotidianas de pressão e conflito de interesses, atuando sempre em defesa dos fins precípuos dos planos de benefícios e das atividades das EFPC”.

Adriana completa: “E tudo em nome da inafastável fidúcia que rege a relação entre EFPC, participantes/assistidos e patrocinadores”.

Para ela, não faltam desafios a colocar à prova o comportamento humano.

Ao lançar um olhar para 2016, Adriana observa que “diante do atual panorama, a percepção que tive, em linha com os demais colegas da CTNG, foi de que precisamos manter o enfoque, com aprofundamento do debate sobre como desenvolver, no âmbito das EFPC, mecanismos eficazes de mitigação dos riscos que eu classificaria como imponderáveis, a princípio, já que decorrentes da subjetividade que permeia a atuação humana. Além disso, aprimorar a comunicação é fator essencial para reabilitar a confiança, tão vital para sustentabilidade do sistema”.

É preciso ir além - Para Mary Stela Kloster, Assessora de Gestão e Controles Internos da FIBRA - Fundação Itaipu Brasil - Previdência Complementar e integrante da CTNG, qualificação e certificação são de fato indispensáveis para que os profissionais saibam responder aos desafios, mas mesmo isso não basta, seguramente não é suficiente, é preciso ir além. Ela diz como isso é

possível: “Penso que, além da qualificação e/ou certificação, fundamental é o comprometimento da alta direção com metodologias e ferramentas de gestão, pois sem essa chancela as áreas técnicas não conseguem avançar”.

“Diante do cenário complicado que se pode esperar em 2016”, acrescenta Mary, “de modo geral deveremos ter nossos esforços voltados para o debate sobre controles eficazes para a mitigação dos riscos que se apresentam para os Fundos de Pensão.”

Fonte: [Diário dos Fundos de Pensão](#), em 09.12.2015.